

Ele não pára. Agora quer emitir títulos públicos para o pagamento de funcionários.

O gosto do presidente José Sarney por aumentar as contas públicas, contudo, não se esgota no **Jumbinho**. Ainda ontem à noite, ele encaminhou ao Congresso outros 14 projetos de lei em que solicita mais NCz\$ 96,8 bilhões (US\$ 12,4 bilhões no câmbio oficial) em créditos orçamentários. E tudo para ser pago ainda em 1989. O mais grave é que um dos projetos pede recursos de NCz\$ 27 bilhões (US\$ 3,43 bilhões) para o pagamento de pessoal — o salário de dezembro e o 13º salário —, dos quais NCz\$ 26,13 bilhões (US\$ 13,36 bilhões) serão obtidos por meio de emissão de títulos públicos, medida de duplo efeito negativo: aumenta o déficit público e faz crescer a inflação.

Outro projeto prevê a emissão de NCz\$ 67,3 bilhões (US\$ 8,61 bilhões) para o pagamento

do serviço da dívida pública, mas nesse caso não há aumento do déficit. É que a emissão de papéis para a rolagem da dívida é rotineira, mas não a emissão para a cobertura de gastos correntes, como o pagamento de pessoal, que era vedada por lei específica na época do Plano Verão.

Como, desde novembro, o Governo já havia obtido autorização do Congresso para emitir NCz\$ 18 bilhões (US\$ 2,3 bilhões) para o pagamento de pessoal, agora a emissão total para tal finalidade poderá chegar a NCz\$ 44 bilhões (US\$ 5,63 bilhões). Tudo depende do Congresso — um Congresso integrado por maioria que parece estar firmemente engajada nos projetos de fim de festa do Governo Sarney.

O novo pacote orçamentário inclui também outros NCz\$ 2,5



Sarney aumenta o rombo

bilhões (US\$ 320 milhões), estes pedidos pelo Executivo para cobrir despesas diversas em vários ministérios, como o da Educação,

Marinha, Aeronáutica e Interior, e órgãos do Poder Judiciário. Tais créditos têm como fonte de recursos indicada mais uma vez o excesso de arrecadação tributária — que especialistas já disseram ser resultante apenas da correção inflacionária — e a receita de convênios, não exigindo a emissão de títulos públicos.

E ontem também foi dia de medida provisória. Sarney baixou uma que põe fim ao recurso utilizado por alguns funcionários federais para aumentar seus vencimentos, solicitando equiparação salarial ou reclassificação de cargo através de medidas cautelares de mandados de segurança concedidas pela Justiça. Uma outra medida jurídica da mesma natureza, a liminar, já havia sido suspensa para os mandados do mesmo gênero desde 1964.